

A multilateralidade da luta contra o capital: a formação da classe trabalhadora carioca do ponto de vista das associações recreativas – 1900-1920¹

Marco M. Pestana²

Introdução

No alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro via a conclusão de um longo processo que alterava profundamente suas estruturas econômico-sociais. Desde meados do século anterior, a cidade e o país como um todo experimentavam uma longa transição, em que o predomínio da força de trabalho cativa ia sendo progressivamente substituído por relações capitalistas³, com destaque para o assalariamento, como corolário da inserção definitiva do Brasil no circuito internacional de reprodução do capital⁴. Para tal, era, entretanto, necessário que a força de trabalho nacional estivesse em condições de ser inserida nestas novas relações.

Numa síntese acurada desse processo, Sidney Chalhoub afirmou que

O processo de expropriação do homem livre e o esforço de enquadrá-lo na ordem social capitalista emergente (...) equivalem, historicamente, à formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro no meio século compreendido aproximadamente entre 1870 – início do período terminante de crise do escravismo – e a conjuntura 1917-1920⁵.

Num processo multifacetado, as elites republicanas importaram juntamente com as mercadorias e os capitais europeus, a ideologia burguesa predominante na Europa. Urgia, portanto, modernizar, além da cidade, os homens. A formação de um novo trabalhador, adequado aos padrões de “civilidade”, por sua vez, não se restringia ao momento

do trabalho. Visando a este enquadramento, tivemos, por exemplo, as seguintes medidas: proibição das serenatas e dos demais elementos associados à conduta boêmia; fechamento dos quiosques, pequenas vendas de comes e bebes, além de tradicionais pontos de encontro da população trabalhadora; ataque ao jogo do bicho; perseguição às práticas religiosas de matriz africana, como o candomblé, etc⁶.

O objetivo deste artigo é contribuir para a compreensão da etapa final do processo de formação da classe trabalhadora carioca a partir de um contingente heterogêneo de trabalhadores (ex-escravos, brancos, imigrantes, etc), que foi parte indispensável da consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Para isso, mostrarei de que forma o esforço do capital para moldar todas as esferas da sociedade carioca a sua feição foi acompanhado por um movimento oposto de constituição de uma consciência e de uma cultura comuns aos trabalhadores. Trata-se, sobretudo, de explicitar que o avanço do capital, que se dá expropriando os trabalhadores em diversos níveis (por exemplo, de suas formas tradicionais de trabalho, de seus lares, de certos locais de moradia, etc)⁷, foi um processo que encontrou resistência. Sendo esta ofensiva do capital articulada em múltiplos níveis, a resposta dos trabalhadores teve que, igualmente, ser estruturada nas diversas frentes da batalha. Em função da limitação do espaço, concentrarei minha exposição em um aspecto do conflito capital X trabalho, aquele relativo às associações recreativas de caráter não-esportivo criadas, mantidas e/ou frequentadas por trabalhadores.

Se a afirmação de Foot Hardman de que “(...) os aspectos culturais não são apêndices nem complementos da história social das classes em luta mas, ao contrário, elementos inerentes ao processo de sua formação e de seu próprio movimento”⁸, estiver

¹Este artigo constitui uma versão resumida do capítulo 2, intitulado “De bestializados a associados”, da monografia por mim apresentada ao Depto. de História da Universidade Federal Fluminense para a obtenção dos graus de bacharel e licenciado em História, em julho de 2009. PESTANA, Marco M. *Trabalho, cidade e cultura: associações recreativas de trabalhadores cariocas, 1900-1920*. Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2009.

²Bacharel e licenciado em História pela UFF.

³CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: UNICAMP, 2001. pp.42-54.

⁴SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp.42-45.

⁵CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* pp.50-51.

⁶BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990. pp.282-285; SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.* pp.32-33.

⁷“A expropriação massiva é condição inicial, meio e resultado da exploração capitalista”. FONTES, Virgínia. *Determinação, história e materialidade*. Comunicação apresentada na XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, realizada entre os dias 23 e 25/07/2009, na Universidade Federal Fluminense (Niterói). p.10.

⁸FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão!:*

correta, este enfoque nos fornecerá uma profícua porta de entrada para o tema.

A afirmação das sociedades como modelo de lazer

Um campo privilegiado para a observação do impacto do projeto burguês de normatização das condutas sociais sobre as práticas dos subalternos é, sem dúvida, o carnaval. Até a década de 1850, o termo “carnaval” confundia-se com “entrudo”, sendo ambos definidos como “um conjunto de brincadeiras e folguedos realizados quarenta dias antes da Páscoa”, as quais eram praticadas por todas as classes sociais⁹.

Nesta década, disseminou-se um novo tipo de folia, calcado nos desfiles das grandes sociedades à imagem do carnaval dos centros da “civilização”, como Veneza e Nice. Desde seu surgimento nas ruas do Rio de Janeiro, as sociedades deixaram claro seu propósito de erradicar as práticas “bárbaras” associadas à população local e, especialmente, à matriz cultural africana. A conexão da celebração nas sociedades com os anseios da burguesia da época fica flagrante em suas reivindicações para que o espaço urbano fosse remodelado para comportar os carros de seus desfiles, bem como no apoio à destruição dos quiosques no início do século XX¹⁰.

Entretanto, foi apenas na transição para a República que este carnaval conheceu crescimento mais significativo, alcançando um público distinto da elite que estivera em suas origens e ainda dominava as chamadas “três grandes” (as sociedades dos Democráticos, Fenianos e Tenentes do Diabo), pela incorporação das elites suburbanas e mesmo de contingentes de trabalhadores¹¹. Se a adoção desse modelo por grupos subalternos marcava o triunfo sobre práticas anteriores, era igualmente uma forma desses manterem participação ativa no carnaval.

O triunfo desse padrão de festejo e sua adoção pela classe trabalhadora em formação foi acompanhado pela adesão também à forma de entidades de direito civil. Esta forma legal, por seu turno, apesar de implicar numa série de procedimentos e formalidades homogêneos – eleição de diretorias, aprovação de estatutos, realização de assembleias de sócios, consecução de licenças policiais, entre outros –, conferia abrigo a manifestações distintas daquelas impostas pelas classes dominantes. Estimulava também durabilidade no tempo em função de sua própria estrutura, mas, implicava, principalmente, na

necessidade de angariar fundos para custear os desfiles, uma vez que os trabalhadores não dispunham dos mesmos recursos que comerciantes, industriais, etc, e as mensalidades cobradas eram baixas. Uma das soluções encontradas foi organizar outras atividades nas sedes, como bailes, pic-nics, jogos lícitos – e, muitas vezes, também os ilícitos –, ensaios abertos, entre outros, ao longo de todo o ano para levantar as somas necessárias, ultrapassando, portanto, sua finalidade inicial¹².

No campo do associativismo com fins recreativos, portanto, a pressão dos dominantes acabou legando a oportunidade para que os dominados ressignificassem as práticas que lhes eram empurradas, através da utilização de espaços formalmente inseridos na ordem burguesa, mas plenos de oportunidades para a construção de uma sociabilidade alternativa, alicerçada nos valores e na consciência dos próprios trabalhadores. De acordo com Maria Clementina Cunha,

“É evidente que, à sua maneira, todos esses grupos tinham como referência o molde forjado pelas Grandes Sociedades. Em parte, faziam-no devido às imposições do próprio aparato policial republicano, cujas exigências se multiplicavam na concessão de autorização para sair às ruas. Mas não se deve deixar de lado a astúcia dos foliões no esforço de garantir um lugar autônomo na brincadeira, usando a seu favor os instrumentos criados para controlá-los”¹³.

A ação dos trabalhadores no contexto de imposição da ordem capitalista

À cada obstáculo interposto pela modernização – um termo a cuja aparente neutralidade deve-se atentar – em seu percurso, a classe trabalhadora revidou com formas, nascidas do compartilhamento de experiências, de superá-los. Antes de chegarmos às sociedades recreativas, faremos uma rápida passagem por outras formas de resistência coletiva em diversas esferas. Cristiane Miyasaka assinala que os subúrbios, ao receberem amplos contingentes de trabalhadores na primeira década do século XX, em decorrência da perseguição às habitações coletivas do centro da cidade, presenciaram formas de enfrentamento do problema da moradia, como a difusão dos mutirões entre trabalhadores para a construção de moradas¹⁴.

memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: UNESP, 2002. p.32.

⁹CUNHA, M^a Clementina P. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.21-86.

¹⁰IDEM. *Ibidem*. pp.105-106; 143.

¹¹IDEM. *Ibidem*. pp.118-119.

¹²PEREIRA, Leonardo A. de M. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaio de História Social da Cultura*. Campinas: UNICAMP, 2002. p.427.; CUNHA, Maria Clementina P. *Op. Cit.* p.198.

¹³CUNHA, M^a Clementina P. *Op. Cit.* p.158.

¹⁴MIYASAKA, Cristiane R. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2008. pp.106-107.

Também nas relações com a polícia e o judiciário, a classe trabalhadora carioca engendrou táticas de auto-preservação baseadas em princípios de solidariedade. Nesta seara, Sidney Chalhoub desenvolveu uma extensa análise de processos criminais, através da qual descortinou procedimentos destinados não apenas a safar companheiros, como também a preservar valores, normas de conduta e relações construídos pelos trabalhadores, de uma interferência policial e jurídica que concebiam como externa, invasiva e autoritária¹⁵. Não é insignificante ressaltar que o autor menciona desde o corriqueiro sumiço quando da convocação para depor, até a combinação de versões dos acontecimentos a serem apresentadas às autoridades, passando por linchamentos de policiais¹⁶. Por outro lado, também onde o Estado evitava imiscuir-se fez-se necessária a cooperação, destacando-se aqui as associações mútuas, que se propunham a preencher a lacuna da proteção social aos trabalhadores, que se organizavam para garantir pensões por invalidez e falecimento, além de outros benefícios.

Outra forma de atuação coletiva acionada por trabalhadores foram os motins, ou quebra-quebras. Embora haja consenso na historiografia em torno do caráter policlassista desses movimentos, é certo que os trabalhadores se fizeram presentes, expressando descontentamento com elementos heterogêneos de sua vivência, como transportes coletivos, distribuição de água, preços da carne verde e autoritarismo da política de saúde pública dos governos¹⁷. Sobre eles, Angela de Castro Gomes afirmou que “(...) não se deve esquecer a profunda convergência entre os objetivos últimos destas diversas revoltas: uma condição de vida considerada digna para aquelas camadas sociais relegadas e despossuídas”¹⁸.

No que se refere às ações e organizações erigidas com referência ao trabalho, as dificuldades enfrentadas pelos operários fabris (longas jornadas de trabalho, regulamentos draconianos, ausência de descansos semanais e insalubridade, etc) já são por demais conhecidas, posto que já naquele contexto eram alvo de reclamações em jornais e associações operários, servindo de catalisadoras para o esforço organizativo empreendido por grande parte desse operariado¹⁹, que se expressou em sindicatos, greves, etc.

Para além desse contingente tradicionalmente

privilegiado nas análises acerca dos trabalhadores, em 1906, cerca de 66% dos cariocas eram categorizadas profissionalmente como “diversos” (domésticos, sem profissão, improdutivos)²⁰. Tratando-se de um grupo tão heterogêneo e de mais difícil localização nas fontes, as generalizações ficam comprometidas. Ao menos sobre os trabalhadores que ganhavam a vida nas ruas, podemos afirmar que apesar de seus esforços para divulgarem os problemas a que estavam sujeitos e de sua organização para resolvê-los, principalmente através de suas associações e periódicos²¹, sua situação parece ter recebido menos atenção da sociedade carioca, embora tenham sido alvo de grande normatização e repressão por parte dos governos municipais²².

É no bojo deste universo de práticas de negociação e enfrentamento com as autoridades e o patronato que devemos resgatar o papel das associações recreativas. Se, como vimos, a confluência para estas associações se dá em meio a um esforço impositivo das classes dominantes, seu aproveitamento pelos trabalhadores não se limitou àquilo que lhes era imposto. Nesse sentido, as associações foram duplamente importantes: de um lado, constituíram-se em espaços de sociabilidade autônoma da classe trabalhadora e, portanto, em armas na disputa entre arcabouços culturais distintos e antagônicos; de outro, estabeleceram uma série de relações com os demais mecanismos gerados pela classe no enfrentamento da modernidade que a burguesia arquitetava, articulando-se com a totalidade de sua experiência social.

Apesar disso, o universo cultural dos trabalhadores foi igualmente povoado por associações “policlassistas”, que não aceitavam como membros unicamente pessoas que se enquadrassem na categoria de trabalhadores. Se em outros domínios, como o sindical, o patronato optou por se organizar em suas próprias instituições²³, no plano cultural a convivência entre classes era muito intensa.

²⁰MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p.15.

²¹A *Gazeta Operária* é um bom exemplo desse esforço. Os exemplares de sua segunda fase – da qual localizei três edições entre novembro e dezembro de 1906 – deixam patente a proximidade com os carregadores e transportadores, cujas reivindicações o periódico buscava vocalizar.

²²MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...Op. Cit.* pp.280-281.

²³A constituição de associações patronais não impediu que algumas interferências fossem feitas nas organizações sindicais dos trabalhadores. Em 1902, proprietários de padarias no Rio estimularam empregados de seus estabelecimentos a se organizar por fora da associação da categoria, que pregava a ação direta. Em dezembro de 1903, foi a vez de empreiteiros que tinham negócios no porto estimularem trabalhadores descontentes a formar uma associação sindical que rivalizasse com a existente. Os sapateiros cariocas, por sua vez, enfrentaram, no mesmo ano, expediente similar, quando alguns

¹⁵CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* pp.50-51.

¹⁶IDEM. *Ibidem.* pp.281; 283; 289-290.

¹⁷MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. pp.166-169; GOMES, Angela de C. *A invenção do trabalho*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.79.

¹⁸GOMES, Angela de C. *Op. Cit.* p.63.

¹⁹MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.* pp.56-61.

Um emblemático exemplo é o do tradicional Club dos Fenianos que, fundado em 1869 por letrados, estudantes, jornalistas e comerciantes²⁴, alcançou o ano de 1913 com uma composição em que podiam ser encontrados “negociantes e empregados do comércio”, ainda que predominassem os primeiros, segundo documentos da polícia datados daquele ano²⁵. Tendo suas atividades propagandeadas em periódicos operários, como *A Nação* e *Gazeta Operária*, o club evidencia o nível de interpenetração dos dois universos culturais. Note-se que essa convivência entre membros de classes diversas tendia a assumir contornos particularmente daninhos à unidade dos trabalhadores nos casos de associações organizadas segundo uma nacionalidade, como as de portugueses, nas quais os laços com os patrões podiam ser mais resistentes, com estes tornando-se, muitas vezes, modelos de conduta a serem seguidos por aqueles, fazendo com que a identidade nacional se sobrepusesse àquela de classe²⁶.

Entretanto, os membros das classes proprietárias que participavam de associações também compostas por trabalhadores não eram o único empecilho à organização dos trabalhadores e à construção de sua cultura. No período enfocado, predominava uma matriz ideológica que enxergava os extratos mais pobres da população e seu modo de vida como fonte inesgotável dos mais diversos perigos para aquela sociedade que buscava se enquadrar em padrões europeus de civilidade.

No que se refere às associações recreativas, o diagnóstico oficial não diferia muito. Leonardo Pereira, em artigo já citado, identificou os encarregados da produção dessa imagem negativa do universo dos trabalhadores²⁷. De um lado, destacavam-se os jornais da “grande imprensa”, responsáveis pela divulgação para um público amplo dos perigos envolvidos na ida às sedes das sociedades. De outro, o Estado, através de seu braço policial, produzia informações para utilização interna, reproduzindo os observados nas reportagens veiculadas pela imprensa,

proprietários de fábricas patrocinaram a fundação de uma nova associação operária, para combater a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, que apoiara greves. A ação dos donos de padarias é descrita em MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres... Op. Cit.* p.134. Para mais informações sobre os portuários, cf. ARANTES, Érika B. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005. Capítulo 2, especialmente as pp.94-96. Sobre os sapateiros, cf. GOMES, Angela de C. *Op. Cit.* pp.71-72.

²⁴CUNHA, M^a Clementina P. *Op. Cit.* pp.110-111.

²⁵Arquivo Nacional - Documentação de Polícia Pacote 459A. Caixa 5622 - GIF16C - 433.

²⁶BATALHA, Claudio H. de M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da primeira República. In: _____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: UNICAMP, 2004. p.98.

²⁷PEREIRA, Leonardo A. de M. *Op. Cit.* pp.419-444.

ao mesmo tempo em que encarregava-se da repressão direta às sociedades e seus membros.

Essa ação policial, tal como emerge dos registros que ela mesma legou, evidencia, como o próprio Leonardo Pereira percebeu, as discrepâncias entre duas visões de mundo absolutamente distintas, balizadas por arcaísmos culturais conflitantes²⁸. Se os policiais e o *establishment* jornalístico não conseguiam enxergar nas associações operárias mais do que empecilhos para o funcionamento da maquinaria social, os sócios dos clubes e demais freqüentadores tinham nesses espaços um elemento central para a atribuição de um significado à sua experiência social.

Um exemplo desse conflito, pinçado dentre outros, é o do pedido de licença anual de funcionamento do Grêmio Recreativo Familiar Endiabrados Carnavalescos da Ilha do Governador, no qual o delegado Aníbal Machado acusa os Endiabrados de encobrirem, com atividades recreativas, a prática de jogos de azar²⁹. Indo além, o zeloso Aníbal afirma que tal sociedade, um verdadeiro “núcleo de vícios”, estaria incomodando a vizinhança, ao atentar contra seus “costumes pacatos e honestos”, sem, no entanto, mencionar qualquer tipo de conversa com moradores da região que pudessem expressar tal descontentamento. Não é difícil, porém, perceber que o delegado projetava sobre os moradores das cercanias da associação sua própria visão de mundo.

O exame das listas de associados desse tipo de agremiação nos revela que a imensa maioria destes residia em locais bastante próximos àqueles onde buscava se divertir³⁰, e as razões para tal parecem bastante óbvias. Destacam-se, não apenas questões de cunho prático, como a economia de tempo e dinheiro (ambos bens preciosos para aqueles que viviam de ceder boa parte daquele a terceiros, em troca de mirradas somas deste) que se fazia ao evitar a precária rede de transportes da cidade, mas, também, outras, relativas à propensão de se construir algum nível de identidade entre pessoas que passam por vivências cotidianas similares, como a experiência do local de moradia.

Não havendo motivo para supor que a situação dos Endiabrados Carnavalescos fosse diferente, não seria de estranhar se os freqüentadores da associação – e, portanto, os praticantes dos jogos ilícitos – fossem os próprios moradores da região que Aníbal presumia se incomodarem com a prática de jogos que sua moral – a do policial – condenava.

Em suma, para os trabalhadores, mais do que uma fonte potencialmente barata de lazer, o que estava

²⁸IDEM. *Ibidem.* pp.422-423.

²⁹Arquivo Nacional - GIF1 - Fundo Polícia. GIF1 - 6C - 571.

³⁰PESTANA, Marco M. *Op. Cit.* Especialmente o capítulo 3, “Da Zona Sul ao Subúrbio: o mapa da festa”.

em jogo era a defesa dessa experiência associativa como, nos dizeres de Leonardo Pereira, *locus* propício à “afirmação de diferentes práticas e universos de valores”, os quais seriam próprios à classe³¹.

À grande imprensa, por seu turno, cabia a construção e difusão pelo conjunto da sociedade desse discurso depreciativo em torno dos trabalhadores e suas associações. Não por acaso, grande parte das referências encontradas na imprensa não-operária às festas e bailes de trabalhadores localiza-se nas seções policiais, enfatizando conflitos ocorridos e buscando associar a pecha de “violentos” a seu público. Nesse ponto, podemos perceber uma clara intervenção de periódicos mantidos por militantes da classe trabalhadora, numa encarnizada batalha com a “imprensa burguesa”, segundo a expressão utilizada por um dos próprios periódicos³², em torno da posição da opinião pública acerca das associações. Se, de um lado, um jornal como *O Imparcial* descrevia os freqüentadores de um clube como “sedentos de sangue”, de outro, *A Gazeta Operária* optava por descrevê-los como “amáveis”, ressaltava a “boa concorrência” dos eventos, e a “ordem e cavalheirismo” neles verificada, e o *Echo do Mar* via-os como “bons elementos” e “moços cheios de vida e vontade”. Enquanto o *Correio da Manhã* via os salões dos clubes como espaços para a “fina flor da zona escura (...) a arrastar o passo”, *A Nação* se impressionava com o “chic” com que as freqüentadoras deles se apresentavam e com “a gentileza da directoria para com os seus convidados”.

Numa decorrência dessa disputa em torno do significado e da imagem desses bailes, alguns de seus elementos tornavam-se igualmente objeto de disputas periodísticas. Evidenciando, por exemplo, a capacidade de fruição estética dos trabalhadores, bem como seu esmero nos preparativos, o jornal operário *Rio de Janeiro* qualificou como “caprichosamente enfeitados e iluminados” os salões da Sociedade D. Carnavalesca Estrella da Concordia.

Um dos principais *fronts* dessa guerra foi erigido em torno da música que era tocada nos bailes e festejos, a qual também tornava-se foco de disputas entre os dois lados, evidenciando o abismo existente entre a cultura que se construía nos salões operários, daquela das imponentes salas de concertos e bailes da elite. Se *O Paiz* afirmava que “na hora das contra-danças, não só descasca o trombone como o bombo concorre heroicamente para a insônia da vizinhança” e utilizava termos como “barulho” e “inferno” para qualificar a música apresentada, a *Gazeta Operária* retrucava, afirmando que determinada banda se comportara “com a correcção e brilhantismo de sempre”. Indo além, o jornal, em outra ocasião,

demonstrava preocupação em realçar a habilidade dos trabalhadores também como produtores de boa música, e não apenas executores, ao louvar um companheiro como “compositor musical, muito habil”³³.

Esse vasto esforço dos periódicos militantes para produzir outra imagem dos trabalhadores, suas associações e festas, oposta àquela veiculada pela grande imprensa, deve, no entanto, ser enquadrado num contexto mais amplo de ação dos militantes, principalmente socialistas e anarquistas, no sentido de estimular a construção de uma ética de valorização do trabalho, bem como a consolidação de uma consciência de classe entre os trabalhadores. Nesse sentido, podemos identificar dois objetivos mais imediatos para a ação em prol das sociedades: de um lado, atrair trabalhadores para espaços de sociabilidade próprios à classe; de outro, facilitar a obtenção, pelas próprias associações, das licenças de funcionamento junto à polícia da Capital Federal, através do fomento de uma opinião pública favorável. Assim, buscava-se garantir a existência, tanto legal, quanto efetiva, de espaços nos quais os trabalhadores pudessem de maneira agradável e barata expandir a comunidade de experiências vivenciadas nos locais de trabalho, fomentando, assim, uma maior união e companheirismo. A ação dos militantes, no entanto, não se limitou aos periódicos. Em muitos casos, tomaram participação ativa organizando associações e chegando inclusive a liderá-las.

Em dissertação de mestrado sobre trabalhadores do porto carioca, Érika Arantes percebeu, por exemplo, uma grande coincidência de nomes entre dirigentes sindicais e sócios de agremiações recreativas na zona portuária³⁴. Esta era a situação de Cypriano José de Oliveira, presidente, em 1915, da Sociedade Familiar Dançante e Carnavalesca Club dos Mangueiras, e registrado pela polícia como grevista. Cypriano tinha, ainda, a companhia de Caralampio Trille entre os Mangueiras, um “agitador” e “revolucionário perigoso”, de acordo com os policiais³⁵. Este tipo de dado nos ajuda a superar a perspectiva dicotômica que freqüentemente marca trabalhos de História Social, nos quais o exame da experiência da classe fora dos espaços de luta direta com o patronato acaba por construir um fosso intransponível entre os trabalhadores não organizados politicamente e os militantes.

³¹PEREIRA, Leonardo A. de M. *Op. Cit.* p.441.

³²*Gazeta Operária*. Rio de Janeiro. Nº 1 (p.3). 28/09/1902.

³³Para os jornais da grande imprensa, cf. PEREIRA, Leonardo A. de M. *Op. Cit.* pp.423-425. Para os jornais operários, cf. *A Nação*. Rio de Janeiro. Nº8 (p.2). 09/01/1904.; *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro. Nos. 4 (p.4). 19/10/1902, e 9 (p.4). 23/11/1902; *Echo do Mar*. Rio de Janeiro. Nº 22 (p.3). 11/12/1909; *Rio de Janeiro: jornal de combate*. Rio de Janeiro. Nº 3 (p.3). 10/11/1910.

³⁴ARANTES, Érika B. *Op. Cit.* p.140.

³⁵CUNHA, M^a Clementina P. *Op. Cit.* p.200.

Trata-se, evidentemente, de um diálogo que não se realizou unidirecionalmente, na medida em que as tradições arraigadas em meio aos trabalhadores conferiram certos limites, pelo menos às formas segundo as quais essa cultura da classe trabalhadora se constituía. Dizer isso, no entanto, não significa dizer que os militantes foram os únicos responsáveis pelo delineamento da cultura classista, a qual teriam “empurrado” para os demais trabalhadores. Embora a constituição de uma classe consciente tenha, inegavelmente, constituído um *telos* para estes militantes, um fenômeno social de tamanha envergadura só pode ocorrer a partir da participação ativa de muito mais do que uma reduzida parcela das pessoas com ele envolvido, num intenso processo de estabelecimento e deslocamento de limites envolvendo tanto a cultura da classe em formação, quanto tradições anteriores vivas entre os trabalhadores e os referenciais dos militantes³⁶.

A percepção da complexidade das relações entabuladas entre os militantes e os demais trabalhadores cariocas não deve, porém, nos impedir de reconhecer as trilhas comuns que foram tomadas. Se, de um lado, parece bastante difícil determinar quantitativamente um avanço na consciência e coesão da classe a partir da experiência compartilhada nas associações recreativas, de outro, algumas situações parecem indicar com clareza o avanço do processo neste rumo. Leonardo Pereira, uma vez mais, nos fornece um interessante exemplo, ao comentar o caso do Club Recreativo Pensando em Ti, o qual teria alugado sua sede para uma reunião de grevistas, incitando, assim, a ira dos policiais responsáveis por sua fiscalização³⁷. Mais do que isso, essas associações tomaram parte ativa em diversos outros aspectos da vida dos trabalhadores, atuando como importantes centros de referência para estes. Mesmo nos dias em que não havia bailes, mantinha-se aberta a possibilidade de se aproveitar daqueles espaços para reforçar os laços de solidariedade oriundas do compartilhamento das experiências cotidianas de trabalho, moradia, etc. Exemplo claro disso ocorreu “no final de setembro [de 1901], [quando] Nogueirol organizou uma reunião no salão da Sociedade Pingas Carnavalescos (...) com o intuito de montar uma tipografia para O Echo Suburbano”³⁸.

Apesar de sabermos que alguns proprietários de estabelecimentos da região compareceram à reunião, fica patente a possibilidade de trabalhadores, como Ernesto Nogueirol, funcionário demitido da

Estrada de Ferro Central do Brasil, recorrerem aos salões das sociedades com o fito de mobilizar a sua comunidade – no caso, a do Engenho de Dentro – em torno da publicação de um jornal que tinha como uma de suas principais bandeiras a diminuição das jornadas de trabalho dos ferroviários³⁹. Por fim, a construção de uma percepção de classe a partir da vivência nessas associações pode ser percebida em elementos bem mais prosaicos, como no fato de que o 1º de maio ocupava lugar de destaque no calendário festivo da maioria dessas associações⁴⁰. A significância da data pode, em última análise, ser atestada pela ampla mobilização em oposição ao intento do Club dos Fenianos – tradicionalmente ligado à elite carioca, como já mencionado – de promover uma festa comemorativa do 1º de maio, que *A Voz do Trabalhador* noticiou, em sua última edição. As festas dos trabalhadores deveriam ser obra dos próprios trabalhadores:

O Fracasso dos Fenianos – Mais uma vitória dos operários que ajem por si próprios

A festança que o Club dos Fenianos preparava para o dia Primeiro de Maio, em homenagem ao operariado fracassou vergonhosamente, em virtude da grande agitação que as classes trabalhadoras fizeram contra tal iniciativa com que os burguezes pretendiam desvirtuar a data.

Logo que foi conhecido o propósito do Club dos Fenianos, que vinha mistificar a gloriosa data de reivindicações operárias, as classes obreiras do Rio de Janeiro ajitaram-se afim de que tal bambochata não se realizasse.

(...)

O Sr. chefe de polícia deitava saber quais os motivos porque os operários não queriam aceitar as 'homenagens' dos Fenianos, a comissão espoz claramente que o dia Primeiro de Maio era de protesto contra a exploração capitalista e contra o massacre do operariado de Chicago (...)

Depois de algum tempo de palestra a comissão retirou-se, trazendo do chefe de polícia a promessa de não dar licença à pretendida adulteração da referida data, patrocinada pelo Club dos Fenianos. (...) ⁴¹.

Tamanha foi a imersão deste universo recreativo no processo mais geral de disputa social que a própria música produzida nas sociedades, para além de objeto de discordâncias quanto a seu valor estético, serviu de arma na luta dos trabalhadores por uma de

³⁶ Bom exemplo dessas diferenças localiza-se nos jogos de azar: enquanto a rígida moral anarquista condenava-os, as associações de trabalhadores organizavam animadas e lucrativas sessões de jogos. GOMES, Ângela de C. *Op. Cit.* p.100.

³⁷ PEREIRA, Leonardo A. de M. *Op. Cit.* p.433.

³⁸ MIYASAKA, Cristiane R. *Op. Cit.* p.56.

³⁹ IDEM. *Ibidem.* pp.54-55.

⁴⁰ BATALHA, Claudio H. de M. *Op. Cit.*, p.105.

⁴¹ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro. Nº 71 (p.2) 08/06/1915.

suas reivindicações mais candentes das primeiras décadas do século XX, conforme exemplificado pelos versos produzidos pelo cordão Flor do Castelo, em 1907, plenamente envolvidos com:

“Avante, brasileiros!
O que diz ser operários
reclamar dos nossos mestres
oito horas de trabalho!”⁴²

Foram estes variados mecanismos que facultaram à classe trabalhadora a possibilidade de, paulatinamente, superar (mas não apagar) suas muitas diferenças – fossem elas relativas a origens nacionais, etnias, remuneração, etc – e caminhar no sentido de construir uma maior unidade de consciência e ação, sempre em oposição àqueles que identificava como seus antagonistas, para recuperarmos a indissociabilidade de classe e luta de classes proposta por Thompson⁴³. Submetidos a diversas pressões – como o Estado, a ideologia dominante, as condições de vida, as experiências de outros países, etc –, os trabalhadores constituíram, nas associações, formas autônomas de sociabilidade em que todos esses fatores dialogavam com a totalidade de sua experiência como trabalhadores que viviam a imposição da ordem capitalista. Nesse contexto, as atividades ali desenvolvidas não adquirem sentidos meramente casuais. Ao contrário relacionam-se fortemente com todos esses outros aspectos referentes ao “lado de fora”, amalgamando os valores e hábitos impostos pelos dominantes, com suas próprias tradições anteriores. Como resultado desse cruzamento de múltiplas determinações, o que se verifica é um arcabouço cultural não pretensamente universal, mas justamente capaz de expressar e traduzir a percepção que os trabalhadores firmavam acerca de seu tempo, ao passo que era parte integrante da vivência deste tempo, o qual se exprimia, por exemplo, nos códigos não formalizados de conduta que vigoravam nestes espaços⁴⁴.

A importância das associações recreativas, como espaços de construção e preservação de uma cultura de classe, foi sintetizada por Leonardo Pereira, ao afirmar que

[seus] festejos se constituíam em ocasiões propícias para a definição de afinidades restritas – sejam as que separavam os habitantes da cidade a partir de suas posições sociais, evidenciando a separação classista dos espaços e das práticas recreativas, ou as

que dividiam os próprios trabalhadores em 'tribos' muitas vezes antagônicas⁴⁵.

Tais percepções, no entanto, só são possíveis caso adotemos uma perspectiva teórica que nos leve a perceber a articulação dialética entre os diversos níveis do real, a fim de analisar a experiência dos trabalhadores cariocas em sua dimensão holística⁴⁶, mesmo que um aspecto seja privilegiado enquanto objeto da observação.

⁴²Versos citados por CUNHA, M^a Clementina P. *Op. Cit.* p.184.

⁴³THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: . *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001. pp.273-274.

⁴⁴PEREIRA, Leonardo A. de M. *Op. Cit.* pp.428-433.

⁴⁵IDEM. *Ibidem.* pp.421;441.

⁴⁶THOMPSON, Edward P. Folclore, Antropologia e História social. In: . *Op. Cit.* pp.252-263.